

UMA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL EM VISTA À EVOLUÇÃO DA CADEIA AVÍCOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ

Juliana da Silva Virginio

Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rua Amâncio da Rocha Branco, nº 67, São José do Vale do Rio Preto – RJ
E-mail: juliana.virginio@gmail.com

Marcio Silva Borges

Doutor em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária
Departamento de Administração e Turismo e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial e Políticas Públicas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Avenida Governador Roberto Silveira, s/n, Nova Iguaçu – RJ
E-mail: marcioborges@ufrj.br

Resumo

O Município de São José do Vale do Rio Preto é considerado o maior produtor hortifrutigranjeiro do estado do Rio de Janeiro, estando localizado a 130km da capital, e composto por aproximadamente 22 mil habitantes. A cidade apresenta grande relevância para o contexto territorial da região serrana fluminense, onde na década de 50 foi reconhecido como maior produtor avícola da América do Sul. A partir de uma investigação bibliográfica e documental, este artigo buscou identificar as bases históricas de sua cadeia produtiva, haja vista que ao longo dos séculos o atual Município recebeu distintas nomenclaturas, sendo alvo de disputa territorial dada sua localização estratégica. O trabalho discutiu o que é desenvolvimento rural e concluiu para a necessidade de políticas públicas específicas para garantir a viabilidade da avicultura na região.

Palavras-chave: Avicultura. Desenvolvimento Territorial. Espaço Rural. Políticas Públicas.

Abstract

The municipality of São José do Vale do Rio Preto is considered the largest horticultural producer in the state of Rio de Janeiro, being located 130km from the capital, and comprising approximately 22 thousand inhabitants. The city has great relevance to the territorial context of the highland region of Rio de Janeiro, where in the 50s it was already recognized as the largest poultry producer in South America. Based on a bibliographical and documentary research, this article sought to identify the historical bases of its chain productive, given that

over the centuries the current municipality received different nomenclatures, being the target of territorial dispute due to its strategic location. The article discussed what rural development is and concluded to the need for specific public policies to ensure the viability of poultry farming in the region.

Keywords: Aviculture. Territorial Development. Rural Space. Public Policy.

1. INTRODUÇÃO

Para o professor e ganhador do Prêmio Nobel de Economia (1998), Amartya Sen, economia e ética são regidas por duas questões centrais: a motivação humana e a avaliação das conquistas sociais. Sendo assim, entende-se que o desenvolvimento se dá quando os benefícios do crescimento aumentam as capacidades humanas, sendo elas: alcançar vida longa e saudável, ter acesso a instrução e vida digna, e poder participar da vida da comunidade. E além destas, *a priori*, o cidadão precisa ter o direito à liberdade de escolha, onde garantir as liberdades humanas se torna o objetivo do desenvolvimento (VEIGA, 2015).

De acordo com Sachs (2008), a distinção entre crescimento e desenvolvimento está na capacidade do desenvolvimento ultrapassar a geração de riqueza propriamente dita, ou seja, o crescimento é o meio pelo qual o desenvolvimento se estabelece para garantir a aparição das capacidades humanas. O desenvolvimento provoca a aproximação entre as antigas nações metropolitanas e a periferia colonial, reduzindo o abismo entre as minorias ricas e a maioria formada por trabalhadores pobres e atrasados. No que tange a aplicação do termo na realidade da sociedade, o desenvolvimento se manifesta de forma a criar um ambiente com meios de existência viáveis (*livelihoods*), suprimindo as necessidades básicas da vida, como comida, abrigo, roupas, trabalho, educação, serviços, habitação e segurança.

Almeida (2009) traz o conceito de progresso, já empregado na década de 50 como objeto essencial à civilização ocidental. O termo traz por definição a noção de melhoramento, perfeição e evolução, mas entra em colapso em 1970, uma vez que apesar da recorrência do uso do termo em meio à sociedade, não se percebeu avanços técnico científicos e diminuição da pobreza e da miséria na mesma. Além disso, o progresso incorpora mais o campo da opressão que da solidariedade, o que resultou na perda mobilizadora do conceito, tornando-se “o mito do progresso”. Um contraponto ao progresso está o desenvolvimento, que considera além dos aspectos financeiros, as questões sociais, econômicas e culturais, colocando em cena os aspectos socioculturais da sociedade.

Ainda em relação ao desenvolvimento, surge em 1972, na Conferência Mundial de Meio Ambiente, em Estocolmo, o termo desenvolvimento sustentável. Seu conceito foi apresentado em 1987, na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Noruega, ocasião em que foi formulado o Relatório de *Brundtland*, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, que trazia consigo uma série de ações e metas a serem adotadas internacionalmente por instituições multilaterais. Logo, desenvolvimento sustentável foi apresentado como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (IAQUINTO, 2018; SOUZA, ARMADA, 2018).

Em relação ao ano de 1972, à observância do grande consumo sem preocupação com o meio ambiente, surgiu o Relatório *Meadows* (estudo intitulado “Os Limites do Crescimento”), neste foi analisada a relação entre o crescimento populacional e o esgotamento dos recursos naturais. Já em 1997, Elkington apresentou as três dimensões que deveriam nortear o agir corporativo, sendo elas: econômica (lógica do desenvolvimento), social e ambiental, tal modelo é conhecido por *Triple Bottom Line* (*Profits, People, Planet*) (IAQUINTO, 2018; SOUZA, ARMADA, 2018).

Nesse sentido, as seções que seguem esta introdução consistem em definir o desenvolvimento rural e, subsequentemente, tem-se os marcos ocorridos na formação das primeiras cidades, bem como no território brasileiro. Nas demais seções discute-se como se formou o território do Município de São José do Vale do Rio Preto - RJ, seu processo de colonização, atividades agropecuárias, surgimento da avicultura de postura comercial e seu estabelecimento como atividade econômica principal. Nas considerações finais, ressaltou-se a necessidade de se continuar pensando o rural como estratégia de desenvolvimento territorial, garantia de segurança alimentar e campo de ampliação de políticas públicas.

2. DICOTOMIA CAMPO-CIDADE: DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO RURAL

A ruralidade se refere à forma de organização da vida da comunidade, considerando o acesso aos recursos naturais, bens e serviços, composição da sociedade rural em classes e categorias sociais, valores culturais e modos de vida. Para Sorokin (1986), a ruralidade detém algumas características essenciais que a diferem do urbano propriamente dito, como maior relevância às atividades primárias; diferenças ambientais, com maior dependência da natureza

no rural; tamanho reduzido da população; baixa densidade demográfica; menor grau de diferenciação social e de complexidade; características de mobilidade social; e as diferenças de sentido da migração. De acordo com Wanderley e Favareto (2013), o rural não é uma categoria a-histórica, já que mantém relação com a trajetória de formação do país; apresenta heterogeneidade e demanda políticas específicas. Nestes termos pode-se recorrer a Ferreira (2002):

“O rural é um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações sociais, uma paisagem ecológica e cultural e representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida. Esse conjunto de características materiais e imateriais apresenta uma singularidade e uma dinâmica próprias” (FERREIRA, 2002).

Há que se entender que o rural transcende a produção agropecuária, e se expressa na forma territorial da vida social, na maneira como seus habitantes se organizam, considerando os valores, cultura, oportunidade de acesso a recursos, bens e serviços, sendo um lugar de vida e de moradia. Nos estudos de Favareto e Barufi (2013), considerando critérios estruturais e funcionais, foi demonstrado que 25% da população brasileira é rural (abrangência de 2.968 municípios). Apesar de sua relevância, o rural é um espaço de precariedade social, pois seus habitantes dependem do urbano para suprirem suas necessidades econômicas e sociais, o que fortalece ainda mais o conceito de cidade.

Contextualizando esta problemática, de acordo com Kageyama (2008), antes da revolução industrial, a atividade principal na área rural era agricultura. Ali eram produzidos bens e serviços, que se não fossem produzidos por eles próprios, não estariam disponíveis para consumo. Contudo, ao passar do tempo, surgiram os centros mercantis que realizavam serviços correlatos à produção, bem como *clusters* empresariais e economias de aglomeração, que fizeram com que mercados centrais se tornassem cidades (*towns*). Esse movimento fez com que as populações crescessem na cidade e a urbanização se tornasse irreversível. Outras consequências, não observadas antes, foram a redução de custo de transporte e a importação de bens provenientes de outras regiões.

Neste sentido, Jane Jacobs (1970) apresenta o conceito de “cidades substituidoras de importações”, já que criam produtos, mercados e inovações, em substituição aos bens que eram adquiridos em outras regiões, permitindo a expansão econômica do território. Em contrapartida, o meio rural teve que se modernizar, admitindo menor investimento em força de trabalho, o que levou à redução da população rural e especialização dos mercados locais.

No Brasil, durante o período colonial, a economia urbana era quase inexistente e a vida se concentrava no campo, assim, a cidade era apenas uma referência administrativa e religiosa. Dada a expansão do comércio e das atividades fabris e bancárias, as cidades passaram a incorporar a centralidade das atividades econômicas a partir de 1900. (SUZUKI, 2007).

No período seguinte ao fim da II Guerra Mundial até meados dos anos 70, viu-se um intenso desenvolvimento mundial, com altas taxas de crescimento e reanimação econômica, conduzido pelos Estados Unidos. Neste cenário, nos Estados Unidos e na Europa, a agricultura encontrou um espaço receptivo na economia ao longo das décadas de 1950 e 1960, onde por meio da ação combinada do Estado, das indústrias agroalimentares e dos agricultores “empresariais”, o setor agrícola se inseriu no sistema econômico; transformando o conceito de setor “arcaico” em “moderno” e participativo do crescimento nacional. No entanto, para atingir o status de “moderno” foi necessário o aumento da produção e produtividade a fim de viabilizar o comércio com a indústria, o que tornou a agricultura fornecedora de matérias-primas, força de trabalho barata e um mercado consumidor de bens industriais (ALMEIDA, 2009).

De modo semelhante, Ferreira (2002) aponta que já se discutia o desaparecimento do rural brasileiro na década de 80. Os pensadores teóricos clássicos, como Spencer, Durkheim, Weber e Marx, pressupunham a “hegemonia do industrialismo, a substituição da comunidade pela sociedade e a generalização do modo de produção capitalista industrialista e urbana em escala planetária”, o que se daria num modelo onde o novo mundo era urbano e estava em expansão, em oposição ao velho mundo, rural e em decadência. O rural era entendido como subordinado e secundário ao urbano, o que justificaria um processo de esvaziamento demográfico daquele espaço; também é mister destacar que a relevância de sua contribuição econômica (PIB) foi subjugada, pois entendia-se que a agricultura era conduzida pela indústria e organizada para a indústria, portanto, não tinha capacidade de produzir empregos e ocupação.

A partir da década de 90, as ciências sociais especializadas identificaram as potencialidades do rural, o que culminou na classificação: espaços rurais como territórios do futuro. Estes são espaços para “reformas societárias de cunho integrativo” e servem de “base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade”, constatação já ocorrida em outros países que vivenciavam a retomada do crescimento demográfico, a diversificação ocupacional, aumento na oferta de trabalho em áreas rurais e a organização de associações e movimentos sociais de base rural que “propunham uma forte crítica às políticas rurais e agrícolas gestadas conforme o modelo de desenvolvimento modernizador” (FERREIRA, 2002).

Em Bosc *et al.* (2013) encontra-se que as principais razões para desenvolver e apoiar a agricultura de pequena escala seja o fato de que englobam muitos grupos sociais cuja emancipação é crucial para o desenvolvimento humano e social, como as mulheres, que representam em média 43% da força de trabalho, os jovens com pouca escolaridade e os idosos, os grupos étnicos minoritários que no passado encontraram refúgio no setor agrícola e que ainda lutam para superar as inúmeras injustiças a que foram submetidos (como os quilombolas do Brasil).

Destaca-se ainda a herança cultural dominada pelos pequenos grupos produtores rurais, como formas de arte, como música, dança, narração de histórias e arquitetura, sendo chamada por Henri Mendras, especialista francês em sociologia rural, "a arte da localidade". Este conceito se refere aos "sistemas de conhecimento específico para a agricultura de pequena escala, que se desenvolveram gradualmente e representam uma capacidade surpreendente de se adaptar às especificidades dos ecossistemas locais e modelos sociais" (BOSC *et al.*, 2013).

Nos países de capitalismo avançado é possível observar uma resignificação do rural, nisto se observa alguns fatos relevantes à discussão e que já podem ser identificadas em países em desenvolvimento, como o Brasil, sendo eles: crescimento superior ao dos centros urbanos, logo, revitalização demográfica; dissociação entre rural e produção agrícola, não sendo mais termos sinônimos; rural como espaço residencial e não de trabalho, sendo ocupado por trabalhadores urbanos e aposentados de ocupações urbanas; rural como referência simbólica com paisagem a ser preservada e, enfim, rural entendido como um "espaço que começa a ser pensando como territórios do futuro, como resposta possível à crise do emprego e da qualidade de vida gerada pela civilização urbano-industrial" (FERREIRA, 2002).

Contudo, o que é desenvolvimento? Para Amartya Sen (Prêmio Nobel de Economia, 1998) e Mahbud ul Haq (Banco Mundial), atribui-se o termo desenvolvimento aos benefícios do crescimento que ampliam as capacidades humanas (possibilidades de ser, ou fazer, na vida). Dessa maneira, o crescimento é necessário, porém, não é suficiente para se garantir uma vida melhor, feliz e completa. Assim, é possível compreender a renda *per capita* por si só não é suficiente para avaliar expansão das liberdades substantivas, pressuposto de desenvolvimento (SACHS, 2008; VEIGA, 2015).

É pertinente destacar algumas noções e conceitos, por exemplo, desenvolvimento agrícola (agropecuário), que se refere às condições da produção, suas características (área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade) e tendências em um determinado período. Já o termo desenvolvimento agrário contempla a análise do sistema

produtivo, mas tem enfoque na vida social rural, no comportamento das classes, nas condições de acesso à terra, relações de trabalho, conflitos sociais e políticas vigentes no período. Enquanto isso, o desenvolvimento rural tem como eixo fundamental a melhoria do bem-estar das populações rurais, conduzido por práticas que induzem a mudanças no ambiente rural, sendo o Estado o detentor do poder para conduzir tais transformações e propor os projetos para alcançá-las (NAVARRO, 2001).

Tem-se ainda a tendência de descentralização do Estado transferindo responsabilidade para os municípios e a inserção das ONGs nos microambientes, criando ações locais, fazendo com que a expressão desenvolvimento local se tornasse difundida na atualidade. Apesar da importância do termo, Navarro (2001) argumenta que os formatos organizacionais adotados no Brasil, muito distantes do padrão associativista, demonstram baixa capacidade de mobilização e representatividade devido ao número insuficiente de agentes locais participativos, tornando muito complexo acreditar que o poder local está apto para desempenhar e conduzir ações de desenvolvimento local.

3. SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS CIDADES

Ao longo do Período Pleistoceno (de 2,6 milhões de anos até cerca de 10 mil anos atrás) todas as sociedades humanas eram selvagens, ou seja, viviam exclusivamente de alimentos silvestres obtidos pela coleta, caça ou pesca. Para os arqueólogos, a Revolução Neolítica (há menos de dez mil anos) trouxe expansão da população e aumento da capacidade de desenvolver a vida sobre as terras habitadas. Neste período surgiram os barbarianos, que demonstravam a habilidade de cultivar plantas comestíveis e - no Velho Mundo ao norte dos Trópicos - criar animais, além de consumir os alimentos dispostos na Natureza. Os agricultores deste período viviam em aldeias permanentes (Figura 1 e Figura 2), no entanto, devido ao sistema extrativista praticado, a menos que as plantações fossem irrigadas, as aldeias tinham que se mudar pelo menos a cada vinte anos. Na Europa pré-histórica, a maior aldeia neolítica já conhecida, Barkaer, na Jutlândia¹, compreendia pequenas moradias de um cômodo, com grupos locais compostos em média de 200 a 400 membros (CHILDE, 1950).

A justificativa para a conformação de pequenos grupos está no fato de que muitas eram as limitações técnicas do período, onde não se observava a existência de veículos com

¹ Atualmente uma península localizada na parte continental da Dinamarca e parte do território do norte da Alemanha.

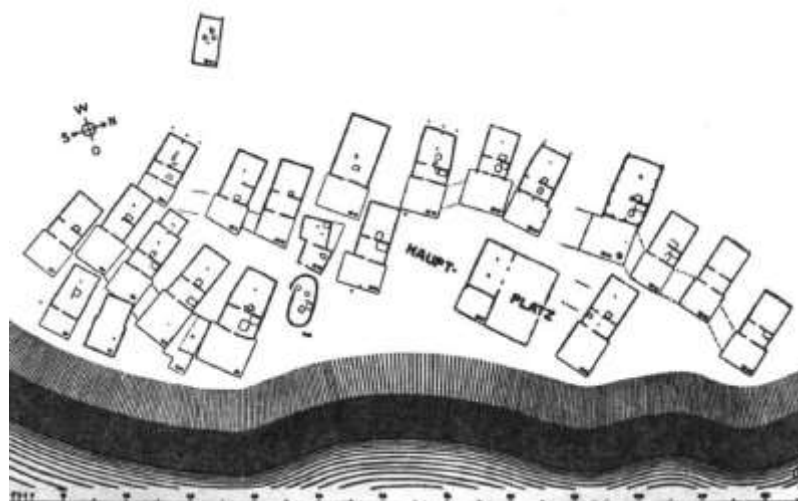
rodas e estradas para o transporte das colheitas, o que os obrigava a viver a curtas distâncias de seus cultivos (CHILDE, 1950).

Figura 1 - Planta da aldeia neolítica de Aichbuehl no Federsee em Wuertemberg.



Fonte: CHILDE (1950).

Figura 2- Reconstrução hipotética da vila de Aichbuehl.



Fonte: CHILDE (1950).

Para além do aumento da população a partir da Revolução Neolítica, tem-se o excedente da produção agrícola. A nova economia permitiu, e de fato exigiu, que o agricultor produzisse, a cada ano, mais alimentos do que o necessário para mantê-lo e sua família, gerando uma produção regular de excedente social (CHILDE, 1950).

Dado o exposto, o surgimento da agricultura remonta a cerca de 10.000 anos, tendo emergido espontaneamente em vários locais ao longo do mundo (México, China, Oriente

Médio e Bornéu), trazendo consigo incrementos na qualidade de vida das civilizações. Naquele momento a população humana estimada chegava em cerca de 1 milhão. Por milhares de anos, a agricultura era essencialmente praticada a partir de um semelhante processo ao redor de todo o mundo, onde se cavava um buraco, plantava-se uma semente, fertilizava-se o solo, irrigava-se a plantação, colhia-se, armazenava-se e vendia-se o excedente (DESPOMMIER, 2013).

A partir do advento dos sistemas de irrigação avançada, fertilizantes modernos, pesticidas, herbicidas e uma abundância de plantas comestíveis domesticadas, observa-se o aumento dos rendimentos anuais da maioria das safras, e o suprimento de alimentos deixou de ser um fator limitante para o crescimento da população humana. Como resultado direto deste novo arranjo, Despommier (2013) afirma que a população mundial alcançou o marco de 7 bilhões de indivíduos; a maioria residindo em regiões densamente povoadas (cidades e subúrbios). Para o autor, na busca por atender a demanda mundial, a comunidade agrícola global atualmente cultiva uma massa de terra que compreende, de acordo com os dados de Ramankutty (2008), 15 milhões de km² de lavouras, o que representa uma área equivalente, em quilômetros quadrados, ao espaço do continente da América do Sul (17,8 milhões de km²), e 31,5 milhões de km² de pastagem.

4. FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Para compreender o desenvolvimento territorial brasileiro é necessário remontar ao período colonial. Para o geógrafo francês, Pierre Desfontaines (1944), a fazenda foi a unidade formadora das primeiras aglomerações por conta dos empregados rurais que ali habitavam. A partir deste pequeno núcleo, surge ao seu redor, progressivamente, minúsculas aglomerações, que dão origem às vilas e cidades, logo núcleos urbanos, onde se dava a atividade comercial, agrícola e/ou mineradora (WANDERLEY, FAVARETO, 2013).

Para além desta pequena aglomeração estava o espaço rural, onde se dava a exploração agropecuária e a extração mineira, além dos “sertões” que ainda estavam inexplorados e os povoados que não eram reconhecidos como vilas. Durante o século XIX e a primeira metade do século XX ocorreu a ocupação dos sertões do país seguindo os mesmos padrões de conquista. Neste processo, diferentemente do que ocorreu na Europa, a formação do campo e do centro urbano se deram ao mesmo tempo, não sendo entendidos como gêneros distintos. Afirma-se ao fim do século XX que todas as fronteiras do país foram ocupadas. Uma peculiaridade desta ocupação está no fato de que os “homens bons”, que ocupavam as cadeiras

decisórias da comunidade, possuíam suas residências tanto no campo quanto na cidade, o que caracterizava a formação de uma “aliança pelo alto”, polarizando a sociedade entre elite e restante da população local, e não entre “urbano” e “rural” (WANDERLEY, FAVARETO, 2013).

É interessante observar que algumas escolas de pensamento clássico afirmam que as cidades evoluíram lentamente a partir de aldeias, que eram inicialmente unidades agrícolas simples, mas que gradualmente tornaram-se maiores. Ao contrário, outras escolas de pensamento sustentam que as cidades eram organizadas por guerreiros não agrícolas que colocavam os camponeses para trabalhar para eles, em troca de proteção a estes frente aos outros guerreiros (JACOBS, 1970).

Neste sentido, Jacobs (1970) defende a teoria de que as economias rurais, incluindo o trabalho agrícola, derivam diretamente da economia e do trabalho da cidade. Sua tese está alicerçada no fato de que a agricultura produtiva moderna foi reinventada pela graça de centenas de inovações que foram exportadas das cidades para o campo. A autora cita diversos exemplos destas inovações, como fertilizantes químicos, semeadores mecânicos, cultivadores, colhedores, tratores e outros substitutos para animais de tração e mão de obra, além de equipamentos modernos de irrigação e laboratórios de pesquisa. Para ela, a dicotomia consiste nas naturezas contrastantes do rural e da cidade, já que é nas cidades que os novos bens e serviços são criados pela primeira vez. Reforça ainda que, mesmo as inovações criadas especificamente para a agricultura dependem diretamente dos projetos desenvolvidos pela/na cidade.

Para outros autores, como Bookchin (1991), a dicotomia campo-cidade, num cenário de disputa e rivalidade, tem origem na antiguidade, resultante do conflito de interesses entre o senhor feudal e o comerciante urbano, o camponês cultivador de alimentos e artesão que vive na cidade, aristocrata e o capitalista sitiante, o fazendeiro e o trabalhador industrial. Ainda na atualidade, a cidade e o campo têm comumente visto uns aos outros de forma antagônica. Tem-se percebido que a cidade, finalmente, alcançou completo domínio sobre o campo, com a extensão de subúrbios em uma escala sem precedentes, ao que parece aquela está literalmente engolfando os mundos agrário e natural.

A partir desta óptica, concebe-se um movimento de substituição da cultura rural e suas ricas e tradicionais formas por meios de comunicação de massa e valores tecnocráticos associados com “vida na cidade”, num processo de canibalismo urbano físico, cultural e ecológico. Contudo, outro processo ainda maior, é capaz de engolfar estas duas realidades: a

urbanização. Este é um processo que traz consigo a pasteurização, anonimato, homogeneização das identidades, tradições e variedades (BOOKCHIN, 1991).

5. CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ

Importantes livros retratam a História de São José do Vale do Rio Preto, como os relatos trazidos no trabalho “A História do Rio Preto”, editado por Nogueira Maurício, publicado em 1978; “História de São José do Vale do Rio Preto”, por Cusatis, em 1990 e “A Pesquisa e a História: Os sertões do Rio Preto”, por Limongi, em 1998.

De acordo com os relatos históricos, é possível dizer que o primeiro homem branco a conhecer a região dos chamados “Sertões do Rio Preto” participava da expedição de Martim Afonso de Souza, fato que se deu em meados de 1530. Até então, a região assinalava apenas a presença de índios bravos, provavelmente Puris, Coroados e Goitacazes. No Diário de Navegação de Pero Lopes, este descreve que “foram mandados quatro homens pela terra adentro” se referindo ao ocorrido na região (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Retornando no tempo, uma vasta extensão de terras, nomeada Inhomirim da Serra Acima, foi concedida a Francisco de Matos Filgueiras Garcês e a Gonçalo Fernandes Peres. Tal fato se deu em 28 de agosto de 1680, por meio da Carta Régia de Dom Pedro II, de Portugal, ainda Príncipe Regente do Rei Dom Affonso VI. Esta concessão foi um marco para a história, pois permitiu dividir a região em sesmaria, fator primordial para a colonização (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Pelo fato de por muitos anos a Igreja Católica ter se ligado ao Estado, alguns atos de efeito na organização eclesial eram baixados pelo Rei. Assim, foi com a criação de curatos e freguesias. Trazendo as definições, tem-se em curato a jurisdição de um cura, onde o padre dá assistência não permanente ao povoado ou aldeia. Por freguesia compreende-se uma povoação maior, que carecia de assistência permanente de um padre. Já a paróquia era a divisão mais atual de uma diocese, que gozava de jurisdição e assistência permanente de um padre (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Em 1811 foi feita uma petição assinada por moradores pleiteando a criação do Curato de São José. E em 20 de dezembro de 1813, pela Carta Régia de Dom João VI, foi oficializada a criação do Curato de São José da Serra Acima. Pertenciam ao Curato as terras dos atuais

Municípios de Petrópolis, Teresópolis, Três Rios, Sapucaia, Sumidouro, Duas Barras, Nova Friburgo e Paraíba do Sul (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Decretada por Dom João, Príncipe Regente, foi criada a Freguesia de São José da Serra, em 25 de novembro de 1815. Neste momento, também foi realizado o desmembramento das terras Riopretanas da Freguesia de Inhomirim. Em 04 de março de 1823, Dom Pedro I autoriza a criação da Igreja de São José. E em 03 de março de 1825 foi feita a delimitação e demarcação das terras da Freguesia de São José da Serra. Em 15 de janeiro de 1833, pela Regência Trina Permanente, foi criada a Vila de Parahyba do Sul, sendo incorporada ao seu território a Freguesia de São José do Rio Preto (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Até o ano de 1857, as atuais cidades de Petrópolis e Paraíba do Sul estavam hierarquicamente subordinados a São José do Rio Preto, já que neste ficava a Matriz e naqueles apenas capelas. Em 29 de setembro de 1857, Petrópolis foi elevada à categoria de Município, fato que se deu por diversos motivos, dentre eles a fixação da residência da Família Imperial na antiga Fazenda do Córrego Seco, atualmente distrito de Corrêas.

A partir deste momento, por meio da Lei Provincial nº 961, promulgada pelo Presidente da Assembleia, Francisco José Cardoso, São José do Rio Preto passa ser distrito de Petrópolis (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Só em 15 de dezembro de 1987, por meio da Lei Estadual nº1255, foi criado o Município de São José do Vale do Rio Preto, sancionada pelo Governador Wellington Moreira Franco (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

6. ADVENTO DA CADEIA AVÍCOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ

Os primeiros povoadores da região onde atualmente se localiza o Município de São José do Vale do Rio Preto foram as famílias mineiras. Com a queda da atividade da mineração, as famílias atravessavam o Paraíba em busca de novas oportunidades e terras para cultivar. Ao passo que ocorria tal migração, havia ainda a fixação de colonos portugueses e italianos pela região (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

“A povoação dos Sertões do Rio Preto se deve inicialmente às proximidades dos caminhos para as Minas Gerais e ao mercado consumidor da capital, cidade do Rio de Janeiro, e da própria atividade de mineração. Estávamos situados entre estes dois polos de desenvolvimento. Muitas de nossas estradas

foram vias de escoamento da produção das fazendas originárias das antigas sesmarias distribuídas na região que remetiam os seus produtos para o Rio de Janeiro ou para as Minas Gerais. Algumas estradas foram desvios do carregamento de ouro que não queriam passar pelos Registros” (LIMONGI, 1994).

No início do século XX, o então hoje Município de São José do Vale do Rio Preto, era constituído por grandes fazendas de café (Fazendas do Calçado Grande, Nossa Senhora do Belém, Sossego e Águas Claras). A lavoura do café aumentou o emprego da mão de obra escrava na região. Com a abolição da escravatura, as fazendas de café se tornaram a principal fonte econômica e geradora da maioria dos empregos no Município (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Em 1929, a produção mundial de café foi de 37.215.000 sacas. Deste total, 28.942.000 foram produzidas no Brasil, representando 77,77% da produção mundial. São Paulo produziu naquele ano 19,5 milhões de sacas (67% da produção nacional e 52% da produção mundial). Contava, então, aquele Estado com 1,1 bilhão de cafeeiros e a produção média por mil cafeeiros foi de 70,87 arrobas, o que correspondeu a 17,71 sacas de café beneficiado (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Com a crise de 1929 e a queda dos preços de venda do café, foram realizadas diversas tentativas de implantação de novas culturas nas fazendas da região serrana do Rio de Janeiro, como a cana-de-açúcar e a pecuária. Muito embora nenhuma das tentativas e experimentos surtiu efeitos satisfatórios. Dessa forma, a fim de apresentar uma alternativa para evitar o êxodo rural e reestruturar a economia, o Interventor Federal do Rio de Janeiro, Comandante Amaral Peixoto, idealizou o projeto de implantação da cultura de batata inglesa (REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, 1976).

Não tendo êxito o projeto de cultura das batatas, em meados de 1940, a Companhia de Expansão do Desenvolvimento Econômico Fluminense enviou novamente para região sua equipe técnica que conseguiu, sem exigir grandes inversões de capital, fazer com que os criadores, fazendeiros e sitiantes da região voltassem suas vistas para a exploração racional das galinhas de postura (REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, 1976).

7. CADEIA AVÍCOLA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Até 1944, a criação de aves não tinha nenhuma expressão como atividade agrícola, não sendo possível nenhum produtor viver, como atualmente, em função exclusiva da avicultura. De acordo com o Censo Agrícola de 1950, realizado pelo IBGE, naquele ano, registrava-se a existência de 2.884.225 poedeiras em todo estado do Rio de Janeiro. O que era observado naquele momento era que a produção de ovos se dava na ordem de 77.783 dúzias, contribuindo Alto da Serra, que compreendia a região objeto de estudo, com apenas 12.631 dúzias (REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, 1976).

No entanto, em 1955, o Ministério da Agricultura foi surpreendido com a avaliação do número de poedeiras no estado, que atingiu o quantitativo de 6.083.600 cabeças, das quais 4 milhões em instalações industriais, ascendendo a produção de ovos a 28.856.400 dúzias. Somente a área de São José do Rio Preto possuía, em 1957, um efetivo avícola (excluindo pintos e frangos em crescimento) de mais de 1.500.000 cabeças. “Não temos conhecimento, no Brasil, de expansão avícola tão surpreendente quanto esta” (VAITSMAN, 1957, p.1).

Localizado a 130 km da capital, a população da vila de São José do Rio Preto, na década de 50, pouco faltava para atingir 1.000 habitantes, mas sua zona rural contava com aproximadamente 10.000 pessoas, entre as quais encontra-se numerosos descendentes de antigos colonos portugueses e italianos, existindo ao todo, cerca de 700 propriedades agrícolas (sítios, fazendas, granjas) (VAITSMAN, 1957).

Tanto se admirava a produção que se foi enfatizado pela Comissão Nacional de Avicultura (1957, p.1): “Na produção avícola, o registro de avicultores domésticos chega incluir um que, no porão de sua casa na vila, criar 1.000 pintos de cada vez”.

A região poderia parecer, à primeira vista, desaconselhável para o desenvolvimento da avicultura, em virtude da topografia; ou esta atividade se afiguraria possível apenas em seus vales principais. Contudo, até mesmo nas grimpas das montanhas criavam-se aves dentro de padrões industriais de rendimento econômico. A altitude era de 840 metros, sendo a temperatura média das máximas de 23°C e a média das mínimas de 12°C; sendo a temperatura compensada de 17°C (VAITSMAN, 1957).

O melhoramento do sistema rodoviário também contribuiu para expansão avícola regional. O asfaltamento facilitou o escoamento dos produtos regionais, das remessas de milho, rações e outros materiais necessários ao trabalho das granjas, completando as ligações com a Rio-Petrópolis, Rio-Bahia e União Indústria (VAITSMAN, 1957).

No caminho da Posse a Sapucaia, pela estrada em asfaltamento, galinheiros de todos os tipos sucediam. Via-se algum gado ou lavoura de hortaliças nas pequenas várzeas. Nas estradas marginais, rarearam-se as lavouras de grandes culturas, como café e milho. Há que se

destacar que naquele ano de 1950, a produção de café beneficiado no Município alcançou apenas pouco mais de 6 milhões de cruzeiros. Dessa maneira, o que predominava era sempre as granjas, rústicas ou de alvenaria, de pequeno, médio ou grande porte, que estavam instaladas, sem nenhuma exceção, em todas as localidades, dando uma nota característica à área do 5º Distrito de Petrópolis (VAITSMAN, 1957).

Com o desenvolvimento da avicultura em São José do Rio Preto, a miséria caipira acabou por desaparecer. As atividades avícolas determinaram a melhoria do padrão de vida local, como não se verificou em muitas outras regiões. A avicultura, depois de instalada em São José do Rio Preto, apressou a abertura de estradas e pavimentação, e levou a eletricidade para toda aquela região rural (VAITSMAN, 1957).

Houve melhoria do padrão de vida do homem rural, onde as casas de sapé dos colonos desapareceram para dar lugar a construções novas, higiênicas, mesmo quando os galinheiros ainda mantinham as linhas rústicas com que foram construídos, a partir de 1944. Em algumas fazendas, os proprietários financiavam as escolas para os filhos de seus colonos e vizinhos. O rádio se tornou objeto indispensável em todas as residências, como canal de informação. No ano de 1957, 70% da população de São José do Rio Preto vivia em função da avicultura e os outros 30% também tinham seus interesses ligados aos fatos avícolas. A avicultura criou uma mentalidade na região, atraindo novos capitais e elementos valiosos (VAITSMAN, 1957).

A Revista O Mundo Agrário (1957) relata que a maior população avícola da América do Sul se encontrava no pequeno distrito, o que fez com que toda a vida econômica desta área se desenvolvesse em função, principalmente, das atividades avícolas ali estabelecidas, o que o tornava um exemplo animador para outras regiões do Brasil.

8. CRISE FINANCEIRA E DECLÍNIO DA PRODUÇÃO

Com o passar de algumas décadas, o elevado custo de produção da ração, o advento da produção de ovos por parte de outros estados e a queda do preço de venda dos ovos, dificultou a permanência do atual Município em se manter de forma competitiva no mercado. Com isso, a partir dos anos 80 iniciou-se o processo de queda da avicultura de postura em São José do Rio Preto, que se estendeu até 1995. Tamanha crise abalou todas as estruturas econômicas e sociais, levando diversos produtores ao endividamento, comprometendo imóveis que foram penhorados e desarticulando todo arranjo produtivo estabelecido (MACHADO, 2021).

Nesse sentido, à observância dos desafios e dificuldades vivenciadas pelos avicultores, como projeto de recuperação do setor avícola, a Secretaria da Fazenda Estadual conseguiu obter a isenção do ICM para o milho destinado à ração. O Secretário de Agricultura e Abastecimento do Rio de Janeiro à época, José Resende Peres, se manifestou de modo a reconhecer que a estrutura da atividade avícola deveria ser modernizada, mas que esta tarefa não conseguiria ser feita apenas por particulares, sendo necessária intervenção do Estado. Este citou o seguinte discurso que vem ao encontro da discussão feita anteriormente em relação ao desenvolvimento rural, onde diz “este deve ser um trabalho em conjunto do governo e da atividade privada, para que as duas partes sintam a importância e a dimensão exata da tarefa e admitam que o aprimoramento e a modernização é o primeiro passo para o desenvolvimento da avicultura”. Outras iniciativas se deram por meio de técnicos do departamento de cooperativismo que atuavam no distrito, procurando conscientizar os produtores rurais da região no sentido de ser fundado um Sindicato Rural em São José do Rio Preto, que também atuaria como um órgão coordenador das atividades produtivas (REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, 1976, p.24).

9. VOCAÇÃO AVÍCOLA: OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A avicultura de corte se consolidou no mundo a partir da década de 70, momento em que se observou a produção mundial passar de 10,6 milhões de toneladas em 1975 para 71 milhões de toneladas ao fim de 2010 (SANTOS *et al.*, 2011).

“A avicultura é uma atividade tão antiga quanto a história da humanidade. Há registros da domesticação da espécie *Gallus gallus* na Índia, China e outras regiões da Ásia há cerca de 8 mil anos. A partir daí, as galinhas cruzaram, juntamente com as tribos nômades, a Mesopotâmia, a Grécia e se propagaram por toda a Europa. No Brasil, chegaram com as naus portuguesas, na época do Descobrimento. Desde 1975, a avicultura de corte se consolida no mundo como uma das mais importantes fontes de proteína animal” (SANTOS *et al.*, 2011).

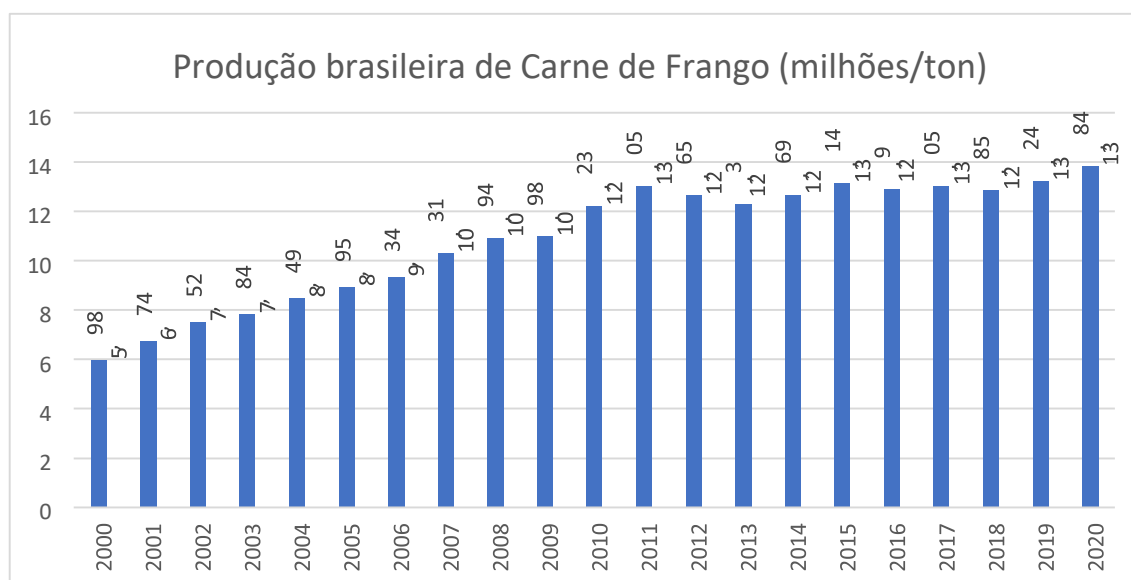
De acordo com o IBGE e com o Ministério da Agricultura, em 1975, o estado do Rio de Janeiro era o sexto maior produtor nacional de frangos de corte, dominando 4,6% do total produzido no Brasil, aproximadamente 446 milhões de aves, equivalente a 402 mil toneladas. As autoridades daquele momento tinham previsto que em 1980 a produção brasileira chegaria a 600 milhões de frangos, com 720 mil toneladas de carne, contudo, o realizado superou as expectativas, atingindo 1.250 milhão de tonelada. Em relação ao consumo brasileiro de carne

de frango, na década de 70, este era de apenas dois quilos por habitante/ano, enquanto nos Estados Unidos e Canadá este número chegava a 20 quilos por habitante/ano, e 33 quilos/habitante/ano em Israel (REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, 1976; SANTOS *et al.*, 2011).

Quanto aos avicultores de São José do Vale do Rio Preto, em 1995, ao perceber tal cenário, previram oportunidade para um novo negócio e, em substituição à avicultura de postura, foi implantado no Município um novo ciclo: a avicultura de corte (MACHADO, 2021).

Na Figura 3 pode ser observada a evolução da produção brasileira de carne de frango (milhões/ton) no período de 2000 a 2020:

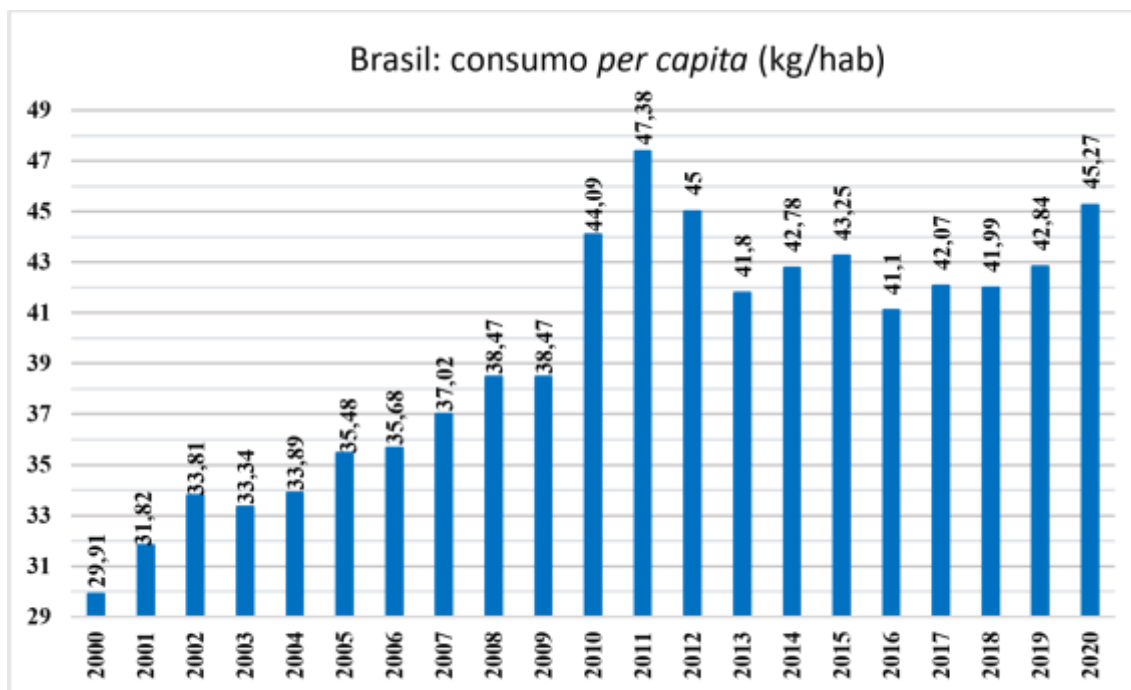
Figura 3 – Produção brasileira de carne de frango (milhões/ton) no período de 2000 a 2020.



Fonte: adaptado de ABPA (2020).

Já o aumento do consumo da carne de frango pelo brasileiro pode ser visto na Figura 4, onde o consumo *per capita* saltou de 29,91 kg por habitante em 2000, para 45,27 kg em 2020. Alguns motivos que justificam esse crescimento são: a preocupação com a saúde e substituição das carnes vermelhas; desenvolvimento de novos produtos e competitividade com aparecimento de novas empresas pelo país, tornando os preços acessíveis; aceitação da proteína frente à carne bovina e suína; e ganhos de produtividade em decorrência do investimento em biossegurança e tecnologias.

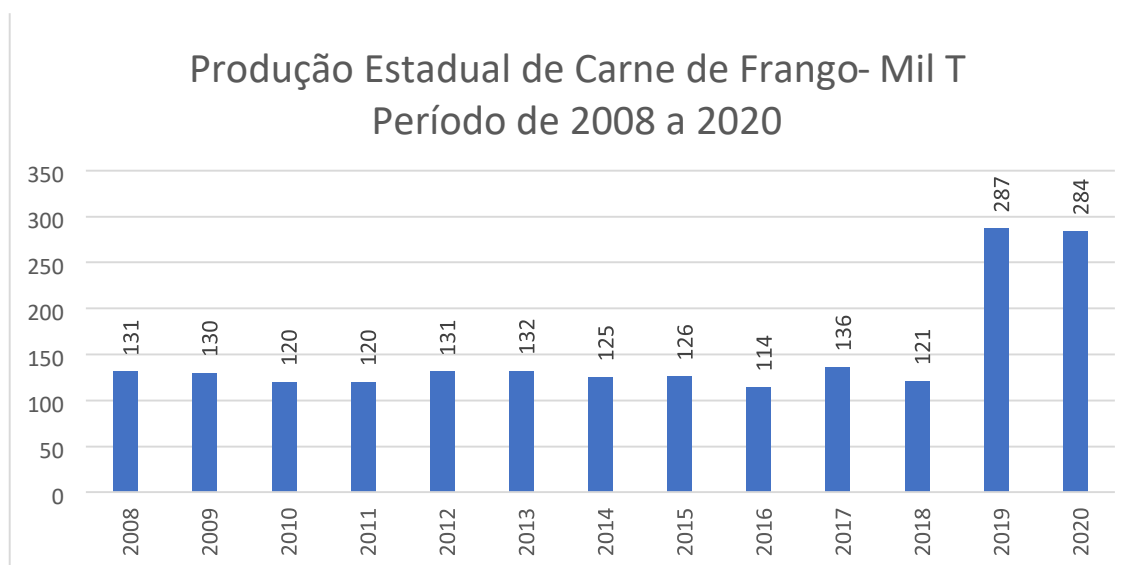
Figura 4 – Consumo per capita (Kg/hab.) de carne de frango, no Brasil, de 2000 a 2020.



Fonte: adaptado de ABPA (2020).

Engendrando pelo caminho da avicultura de corte, a produção valeriopretana se perpetua até os dias atuais, dominando um nicho de mercado peculiar, sendo caracterizada por frangos especiais, resfriados, com tamanho específico para assadeiras e cortes para supermercados. Esta é a atividade econômica mais importante do Município, juntamente com a agricultura, gerando centenas de emprego e renda, direta ou indiretamente, para os 22 mil habitantes municipais (IBGE, 2010). Ante o exposto, São José do Vale do Rio Preto é reconhecido como maior produtor hortifrutigranjeiro do estado do Rio de Janeiro pela Lei N° 8096 de 17 de setembro de 2018 (ALERJ, 2018). Na Figura 5, os dados oficiais da Emater-Rio (2020), demonstram o aumento da produção de frangos de corte no Estado, sendo São José do Vale do Rio Preto o maior produtor de carne, em 2020 responsável pela produção de 179.032 toneladas (63% da produção estadual):

Figura 5 – Produção de carne de frango no Estado do Rio de Janeiro (milhões/ton) no período de 2008 a 2020.

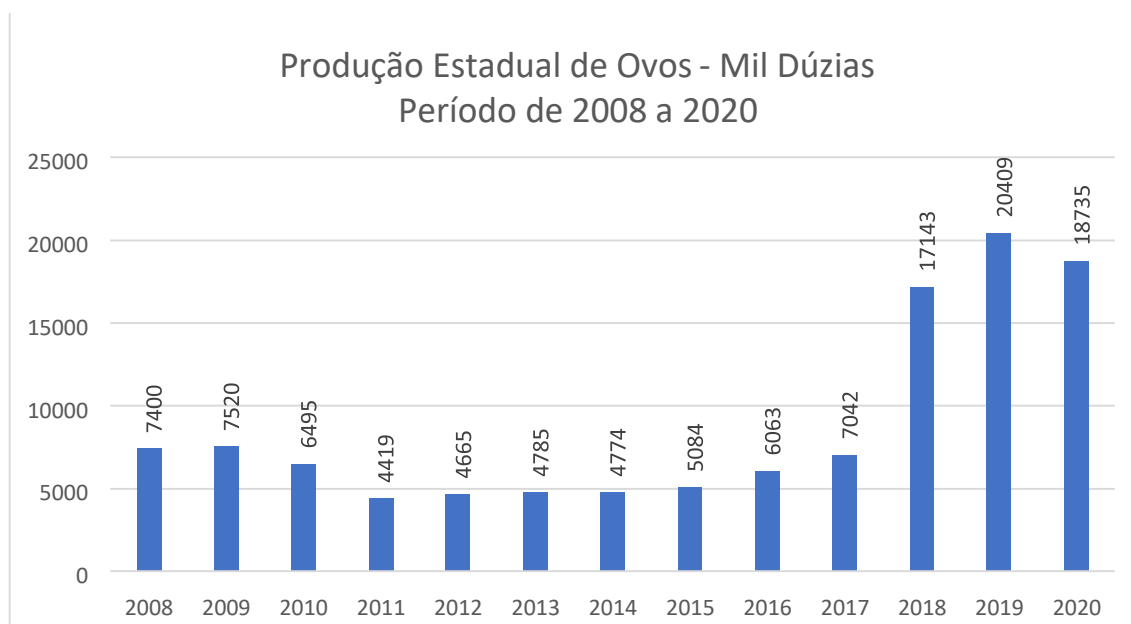


Fonte: adaptado de Emater-Rio (2020).

Diante do ocorrido nas décadas de 80 e 90, com queda expressiva da produção de ovos, é necessário ressaltar que de forma vagarosa, a avicultura de postura vem novamente adquirindo robustez, o que traduz a vocação avícola do Município (MACHADO, 2021).

A ascensão da avicultura de postura (Figura 6) se dá por conta de alguns fatores decisivos, como a maior receptividade dos produtores às orientações técnicas, a aquisição de aves de maior potencial genético, o investimento em equipamentos com mais tecnologia e adequação das instalações, buscando garantir maior conforto e bem-estar para as aves. No que tange à biosseguridade, a profilaxia contra as principais doenças avícolas, a preocupação com o controle de insetos e roedores, o controle da qualidade da água, o vazio sanitário, a desinfecção de instalações e equipamentos e as boas práticas de manejo, são determinantes para o sucesso da produção. No ano de 2019, o Município teve participação estadual com a produção de 5.628.750 dúzias de ovos (equivalente a 27,6% da produção estadual) (EMATER, 2019; MACHADO, 2021).

Figura 6 – Produção de ovos no Estado do Rio de Janeiro (milhões/dz) no período de 2008 a 2020.



Fonte: adaptado de Emater-Rio (2020).

Em relação à comercialização, a proximidade com grandes centros consumidores, como a cidade do Rio de Janeiro e a região metropolitana, permitem que o produtor venda sua produção de forma direta ao consumidor, agregando valor à atividade.

Dessa forma, o sucesso da avicultura se dá devido ao esforço e empenho de todos que fazem parte desta cadeia, onde devem atentar, ao longo de toda produção, para os fatores zootécnicos e competitivos de mercado, enquanto o poder público deve se ocupar a apoiar e construir estratégias e políticas públicas que incentivem esta atividade de fundamental importância histórica e socioeconômica para a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o breve histórico apresentado, foi possível observar que, conforme ocorreu em diversas outras regiões, a formação do núcleo urbano do atual Município de São José do Vale do Rio Preto se deu em diferentes etapas, marcadas por distintos interesses e disputas de poder. No entanto, os aspectos sociais e econômicos não foram planejados para as transições, a fim de garantir a identidade do território, haja vista as diversas alterações de nome que ocorreram. Além disso, após a crise de 29, altas taxas de desemprego e miséria recaíram sobre a região, e não houve política pública efetiva para auxiliar a população a buscar alternativas para se desenvolver. A avicultura foi marcada pela iniciativa privada, que sem apoio governamental, a pujança que a tornava referência na América do Sul, como maior

centro avícola, entrou em crise e trouxe prejuízos abissais aos produtores. Neste marco, vale a discussão entre crescimento e desenvolvimento econômico, uma vez que os novos aspectos socioculturais trazidos com a modernidade e com a cadeia da avicultura, alteraram o padrão “arcaico” do modo de vida daquela comunidade, que passou a expressar um único padrão de agir e operar. Na atualidade, o Município, reconhecido como maior produtor hortifrutigranjeiro do estado do Rio de Janeiro, tem a avicultura de corte e de postura como alavanca da economia, por consequência, toda vida social e econômica advém, novamente, desta atividade, o que torna indispensável o estudo e planejamento para garantir sua sustentabilidade econômica e ambiental a longo prazo, bem como o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas para garantir sua viabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABPA, Associação Brasileira de Proteína Animal. **Relatório Anual 2021**. Disponível em: <https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2021/04/ABPA_Relatorio_Anual_2021_web.pdf> Acesso em: 06 de jun. 2021.
- ALERJ. **LEI Nº 8096 DE 17 DE SETEMBRO DE 2018**. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/71c273e1cfb733548325830c005f3373?OpenDocument&ExpandSection=-6%2C-5#_Section6> Acesso em: 06 de jun. 2021.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 33-55. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecampo-dp/files/2016/01/DesenvolvimentoRural-Sustent%C3%A1vel-jalcione.pdf>> Acesso em: 04 de jun. 2021.
- BOOKCHIN, Murray. *Urbanization Without Cities*. 1991. Disponível em: <http://libcom.org/files/Urbanization_Without_Cities_-_Ebook.pdf> Acesso em: 03 set. 2021.
- BOSC, Pierre-Marie; BERDEGUÉ, Julio; GOÏTA Mamadou; PLOEG, Jan Douwe van der; SEKINE Kae; ZHANG, Linxiu. 2013. *Paysans et entrepreneurs: investir dans l’agriculture des petits exploitants pour la sécurité alimentaire Un rapport du Groupe d’experts de haut niveau sur la sécurité alimentaire et la nutrition*. Roma: CFS-HLPE, (Relatório HLPE, 6). Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE_Reports/HLP_Report-6_FR.pdf> Acesso em: 10 out. 2021.
- CHILDE, V. Gordon. *The Urban Revolution*. Author(s): **Source: The Town Planning**

Review, Vol. 21, No. 1, 1950. Published by: Liverpool University Press. Disponível em: <https://www.academia.edu/26839156/URBAN_REVOLUTION_V_G_Childe_1950_pdf?auto=download> Acesso em: 01 set. 2021.

DESPOMMIER, Dickson. *Farming up the city: the rise of urban vertical farms*. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/241691091_Farming_up_the_city_The_rise_of_urban_vertical_farms> Acesso em: 01 set. 2021.

CUSATIS, José de. **História de São José do Vale do Rio Preto**. Biblioteca de Estudos Fluminenses. Niterói. 1990.

EMATER-RIO. Relatório de Atividades Agropecuárias em São José do Vale do Rio Preto. Estimativa do número de produtores, rebanho, produção e valor da produção em pequenos e médios animais – Dados do ano de 2019. [comunicação pessoal]. 2019.

_____, Relatório de pequenos e médios animais. Ano 2020. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/areaTecnica/pequenosemediosanimais2020.pdf>> Acesso em: 09 out. 2021.

FAVARETO, Arilson; BARUFI, Ana Maria. **Coesão territorial para o desenvolvimento – análise preliminar de dados para o Brasil no período de 2000-2010**. Relatório de pesquisa Cebrap/UFABC/Rimisp. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/264895092_A_dimensao_territorial_do_desenvolvimento_brasileiro_recente_Brasil_2000-2010> Acesso em: 10 set. 2021.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 18, outubro 2002: 28-46. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/angela18.htm>> Acesso em: 10 set. 2021.

IAQUINTO, Beatriz Oliveira. **A sustentabilidade e suas dimensões**. Revista da ESMESC, v.25, n.31, p. 157-178, 2018. Disponível em: <<https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/187>> Acesso em: 05 set. 2021.

IBGE, **São José do Vale do Rio Preto**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-jose-do-vale-do-rio-preto/panorama>> Acesso em: 11 set. 2021.

JACOBS, Jane. *The economy of the cities. The Death and Life of Great American Cities*. 1970

KAGEYAMA, Angela A. Rural e Ruralidade. In: KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2018/04/1-capitulo-REA.pdf>> Acesso em: 11 set. 2021.

LIMONGI, Jany O.; LIMONGI, Carlos A. **A Pesquisa e a História. Os sertões do Rio Preto.** 1998.

MACHADO, Paulo. **Avicultura de São José do Vale do Rio Preto.** [comunicação pessoal]. 2021.

MAURÍCIO, Helta Nogueira. **A História de São José do Rio Preto - 5º distrito de Petrópolis. Um pedacinho do meu Brasil.** 1978.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** In: Estudos Avançados. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 83-100. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ea/a/mqyB65BvYQ99XyWcY65zCvm/?lang=pt>> Acesso em: 04 set. 2021.

RAMANKUTTY, Navin; EVAN, Amato T; MONFREDA, Chad; FOLEY, Jonathan A. *Farming the planet: geographic distribution of global agricultural lands in the year 2000. Global Biogeochem. Cycles.* 2008. Disponível em: < <https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1029/2007GB002952>> Acesso em: 03 set. 2021.

REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, nº 151 – Ano XIII – Julho, 1976.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Editora Garamond, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2008.

SANTOS FILHO, J. I. dos; MIELE, M.; MARTINS, F. M.; TALAMINI, D. J. D. Os 35 anos que mudaram a avicultura brasileira. Embrapa Suínos e Aves. 2011. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/48493/1/Os-35-anos-quemudaram-a-avicultura-bras.pdf>> Acesso em: 10 out. 2021.

SOROKIN, Pitirim.; ZIMMERMAN, Carlo.; GALPIN, Charles. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, J.S. (org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural.** São Paulo: Hucitec, 1986.

SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; ARMADA, Charles Alexandre Souza. **Sustentabilidade: um olhar multidimensional e contemporâneo.** Dados eletrônicos – Itajaí: UNIVALI, 2018. Disponível em: <<https://www.univali.br/vida-nocampus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/E-book%202018%20SUSTENTABILIDADE%20UM%20OLHAR%20MULTIDIMENSIONAL%20E%20CONTEMPOR%C3%82NEO.pdf>> Acesso em: 04 out. 2021.

SUZUKI, Julio Cesar. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Revista Nera, n. 10, jan.-jun. 2007. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1429/1407>> Acesso em: 04 out. 2021.

VAITSMAN, Jorge. **O Mundo Agrário.** nº 56 – ANO V – outubro 1957.

VEIGA, José Eli da. **Para Entender o Desenvolvimento Sustentável.** Editora 34, São Paulo – SP, Brasil, 2015.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel e FAVARETO, Arilson. A Singularidade do Rural Brasileiro: Implicações para as Tipologias Territoriais e a Elaboração de Políticas Públicas. In: Miranda, C.; Silva, H. (orgs.) **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília, IICA, 2013. p. 413-464. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/DOCS/B3226P/B3226P.PDF>> Acesso em: 04 out. 2021.